

INSERÇÃO CURRICULAR DA EXTENSÃO NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL – UERGS

experiências e desafios

CURRICULAR INTEGRATION OF EXTENSION AT THE UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL – UERGS
experiences and challenges

Chaiane Leal Agne¹

Betina Magalhães Bitencourt²

Estéfani Sandmann de Deus³

RESUMO

A institucionalização da curricularização da extensão posiciona a universidade como um agente crucial na transformação social, impulsionada pela produção de conhecimento científico. No contexto da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (Uergs), a política de extensão universitária normatiza e regulamenta a inserção de atividades extensionistas nos currículos acadêmicos. Este artigo propõe-se a abordar a evolução da Uergs no campo da extensão universitária, além de aprofundar a discussão sobre a Resolução Conepe 022/2024, que formaliza a curricularização da extensão nos cursos de graduação, abordando sua operacionalização e os desafios inerentes a essa implementação. Para tanto, a metodologia empregada incluiu a análise documental de regulamentos internos da Universidade, bem como o levantamento das principais experiências resultantes da nova regulamentação, quatro anos após a promulgação da primeira resolução (Conepe 018/2020). Entre os resultados da curricularização da extensão destacam-se as ações, os projetos e as iniciativas desenvolvidos por docentes e discentes, especialmente intensificados em períodos de calamidade pública. Embora os formatos e resultados da extensão sejam multifacetados, eles convergem para o atendimento de uma demanda social premente, reforçando a missão da Universidade como instituição pública comprometida com a sociedade.

Palavras-chave: Extensão universitária; Ensino superior; Curricularização da extensão.

1 Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS) - Porto Alegre, RS, Brasil. Doutora em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) - Porto Alegre, RS, Brasil. E-mail: chaiane-agne@uergs.edu.br.

2 Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS) - Porto Alegre, RS, Brasil. Doutora em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) - Porto Alegre, RS, Brasil. E-mail: betina-bitencourt@uergs.edu.br.

3 Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS) - Porto Alegre, RS, Brasil. Doutora em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) - Porto Alegre, RS, Brasil. E-mail: estefani-sandmann@uergs.edu.br.

ABSTRACT

The institutionalization of the curricular integration of university extension positions the university as a pivotal agent of social transformation, driven by the production of scientific knowledge. Within the context of the State University of Rio Grande do Sul (Uergs), this university extension policy standardizes and regulates the inclusion of extension activities into academic curricula. This article aims to address the evolution of Uergs in the field of university extension, while further examining Resolution Conepe 022/2024, which formalizes the curricular integration of extension in undergraduate programs, focusing on its operationalization and the inherent challenges of its implementation. The curricularization of university extension has contributed to the development of actions, projects, and initiatives involving faculty members and students, with greater intensity during periods of public calamity. To this end, the methodology employed included a documentary analysis of the University's internal regulations, as well as a survey of the primary experiences resulting from the new regulation, four years after the enactment of the initial resolution (Conepe 019/2020). Although the formats and outcomes of extension are multifaceted, they converge toward meeting urgent social demands, reinforcing the University's mission as a public institution committed to society.

Keywords: University extension; Higher education; Curricularization of extension.

INTRODUÇÃO

A inserção curricular da extensão nos cursos de graduação representa um marco importante para a consolidação do papel da Universidade como um agente de transformação social por meio da produção e do compartilhamento do conhecimento científico. Apesar disso, a institucionalização é recente, formalizada na Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018, do Conselho Nacional de Educação, cuja normativa determina que 10% do total da carga horária dos cursos de graduação sejam destinados às atividades de extensão (Brasil, 2018).

Nesse sentido, há um reconhecimento institucional da importância da Universidade como aquela responsável pela formação de profissionais aptos a desenvolverem inovações científicas que possam trazer mudanças significativas para a qualidade de vida da

população. A extensão universitária não se trata de uma reprodução e/ou transferência do conhecimento científico, ela representa a atuação da Universidade na comunidade, que deve ir em direção à construção coletiva de projetos, ações e soluções.

Essa compreensão dialoga com a crítica clássica de Freire (1983), para quem a extensão não pode ser compreendida como simples ato de transferência de conteúdos, técnicas ou saberes produzidos pela universidade em direção à comunidade. Ao problematizar o termo “extensão”, o autor evidencia o risco de uma prática verticalizada, na qual a universidade se coloca como sujeito que ensina e a comunidade como objeto que recebe. Em contraposição, Freire defende uma perspectiva comunicativa e dialógica, na qual o conhecimento se constitui na relação entre

sujeitos históricos, situados em contextos concretos. Desse modo, a curricularização da extensão somente assume sentido formativo quando rompe com práticas assistencialistas e passa a promover processos de escuta, participação, problematização e construção compartilhada de soluções.

Considerando o desafio da curricularização da extensão universitária, a Universidade Estadual do Rio Grande do Sul - UerGS atualizou a resolução que regulamenta a inserção das atividades extensionistas nos seus cursos de graduação (UERGS, 2024). A primeira versão, aprovada no ano de 2020, apresentava alguns desafios de operacionalização, especialmente nos cursos noturnos, que são compostos majoritariamente por acadêmicos que trabalham durante o dia e estudam à noite. A obrigatoriedade de o discente cumprir a carga horária em três formatos diferentes, a operacionalização do registro no sistema acadêmico e a classificação da ação de extensão nas diversas modalidades destacam-se como os principais desafios.

Considera-se que a comunidade acadêmica se encontra em processo de aprendizagem no que concerne à inserção curricular da extensão universitária após a fase de implementação inicial. Diante desse cenário, e com o objetivo de propiciar uma operacionalização mais abrangente e facilitada, delineou-se uma reformulação da resolução pertinente, pautada em consultas prévias à própria comunidade acadêmica. A nova resolução referente às atividades de extensão universitária apresenta alguns avanços, visando à otimização dos processos e à conformidade com a legislação educacional vigente.

Entre os objetivos centrais da normativa, destaca-se a simplificação do registro das atividades de extensão. Previamente, havia cinco for-

matos de ações de extensão, sendo três deles de caráter obrigatório. Com a revisão, foram estabelecidos dois formatos abrangentes que englobam a totalidade das atividades, conferindo maior flexibilidade aos estudantes. O escopo do documento é amplo e contempla inúmeras possibilidades de curricularização da extensão. Tal medida permite que o Núcleo Docente Estruturante (NDE) de cada curso, responsável pelas alterações nos Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs), disponha de subsídios para a inclusão da extensão sob a perspectiva atualmente exigida pela legislação educacional brasileira, notadamente a Resolução CNE/CES nº7/2018 (BRASIL, 2018).

Para fomentar a compreensão e a implementação dessas diretrizes, a Pró-Reitoria de Extensão tem desempenhado um papel ativo na Universidade. A equipe tem participado de palestras direcionadas à comunidade acadêmica, sempre que solicitada pelos cursos, para elucidar o tema. Adicionalmente, foram disponibilizados um curso online no formato *Massive Open Online Course* (MOOC) e o *Manual da Inserção Curricular da Extensão* (Bittencourt; Silva; Semensatto, 2025). Essas ferramentas visam aprimorar o conhecimento e a compreensão dos conceitos e das possibilidades inerentes a essa iniciativa, o que tem oportunizado a atuação de docentes e discentes nas regiões de abrangência da Universidade.

Com 23 unidades acadêmicas, a Universidade está presente em sete regiões do Estado do Rio Grande do Sul - RS. Criada em 2001, a UerGS oferece cursos de graduação, nas modalidades de bacharelado e licenciaturas, e de pós-graduação (especialização, mestrado e doutorado) que incluem três áreas do conhecimento: Ciências Humanas; Ciências Exatas e Engenharias; e Ciências da Vida e do Meio Ambiente. A missão institucional está relacio-

nada às práticas extensionistas, já que busca promover o desenvolvimento regional sustentável e inclusão social, por meio da formação humana, ética e profissional, gerando, atuando e difundindo conhecimentos, tecnologias, cultura e inovação (UERGS, 2025).

A heterogeneidade dos cursos ofertados e das demandas regionais justifica a implementação de diversos projetos de extensão, que abrangem incubadoras, feiras, oficinas e aulas abertas à comunidade. Todas as ações têm caráter construtivista, educativo, cultural e científico, contribuindo para a integração e a troca de conhecimento com as comunidades (UERGS, 2025).

Embora o ensino, a pesquisa e a extensão constituam o tripé indissociável das universidades, a extensão, historicamente, ocupou uma posição secundária nas instituições de ensino (Fontanelle, 2024). Essa assimetria foi evidenciada por De Deus (2017), que descreveu a extensão como historicamente subestimada em termos de valoração e financiamento. A autora argumentava que a hegemonia das métricas rígidas de avaliação no ensino e na pesquisa contribuiu para que as práticas extensionistas fossem estigmatizadas como atividades acessórias, desprovidas do rigor e apenas assistencialistas. Recentemente, contudo, a extensão adquiriu maior visibilidade, impulsionada tanto por marcos regulatórios quanto pela necessidade premente de a universidade estreitar laços com a sociedade por meio de projetos e ações de impacto social.

Considerando esse contexto, este artigo tem como finalidade apresentar a resolução da Uergs no que tange à curricularização da extensão nos cursos de graduação, além de discutir as experiências e os desafios de operacionalização. Nessa direção, Gadotti (2017) compreende a curricularização da extensão

como uma oportunidade de repensar o sentido da universidade, superando uma concepção academicista e aproximando a formação universitária dos problemas sociais concretos. A inserção curricular da extensão demanda mais do que ajustes burocráticos nos Projetos Pedagógicos de Curso; exige uma mudança cultural na forma como docentes, estudantes e gestores compreendem a produção do conhecimento e a função pública da universidade.

Diante do exposto, este artigo está estruturado em três seções, a contar desta introdução. A próxima seção apresenta a evolução da Uergs nas práticas extensionistas. A terceira seção apresenta os avanços obtidos a partir da operacionalização da resolução institucional, bem como as experiências, potencialidades e os desafios. As considerações finais são apresentadas na última seção, com a inserção de contribuições sobre a curricularização da extensão universitária nos cursos de graduação.

2 A EVOLUÇÃO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL NAS PRÁTICAS EXTENSIONISTAS

A extensão pode ser definida pelo processo que articula ensino e pesquisa, viabilizando a relação transformadora entre universidade e sociedade (Brasil, 2018). A indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão é um princípio legal obrigatório das Universidades públicas brasileiras, como rege o artigo 207 da Constituição Federal do Brasil de 1988 (Brasil, 1988). Nesse sentido, a extensão não pode ser vista como uma prática isolada e sim, constituída como uma ação que complementa e desenvolve o ensino e a pesquisa, oportunizando a formação acadêmica qualificada e adequada à resolução dos problemas sociais complexos (Gonçalves, 2015).

Partindo do exposto, recentemente, a Uergs atualizou a Política de Extensão por meio da resolução n.18 aprovada e publicada no ano de 2020, estabelecendo no artigo 3º. que a extensão universitária “é um processo interdisciplinar educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre as Instituições de Ensino Superior e outros setores da sociedade, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa. Serão consideradas ações de extensão aquelas que envolverem diretamente comunidades externas à Uergs e a oferta da ação espelhar as necessidades e expectativas dos públicos beneficiados” (UERGS, 2020).

Dentre os públicos beneficiados, destacam-se atores de distintos segmentos: o primeiro setor, compreendido pela Administração Pública Direta e Indireta (autarquias, fundações, associações e empresas públicas); o segundo setor, composto por agentes da iniciativa privada (pessoas físicas e jurídicas); e o terceiro setor, constituído por entidades sem fins lucrativos, tais como movimentos sociais, Or-

ganizações Não Governamentais (ONGs) e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs).

Outro avanço significativo está relacionado à inserção dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU) no formulário de submissão de projetos de extensão da Universidade. Nesse sentido, a partir do ano de 2021, as propostas de extensão passaram a incluir pelo menos uma das 17 metas globais, justificando como o projeto poderá contribuir para a sustentabilidade (Figura 1). O intuito da inserção das metas de sustentabilidade está relacionado à busca da Universidade no processo de construção e ampliação do seu protagonismo no desenvolvimento regional. Assim, a instituição se fortalece “como um espaço de referência e de transformação social, cada vez mais integrada à sociedade, comprometida com a formação de profissionais éticos e engajados e com a construção de um futuro mais justo e sustentável” (UERGS, 2025).

Figura 1. Objetivos do Desenvolvimento Sustentável



Fonte: ONU (2015).

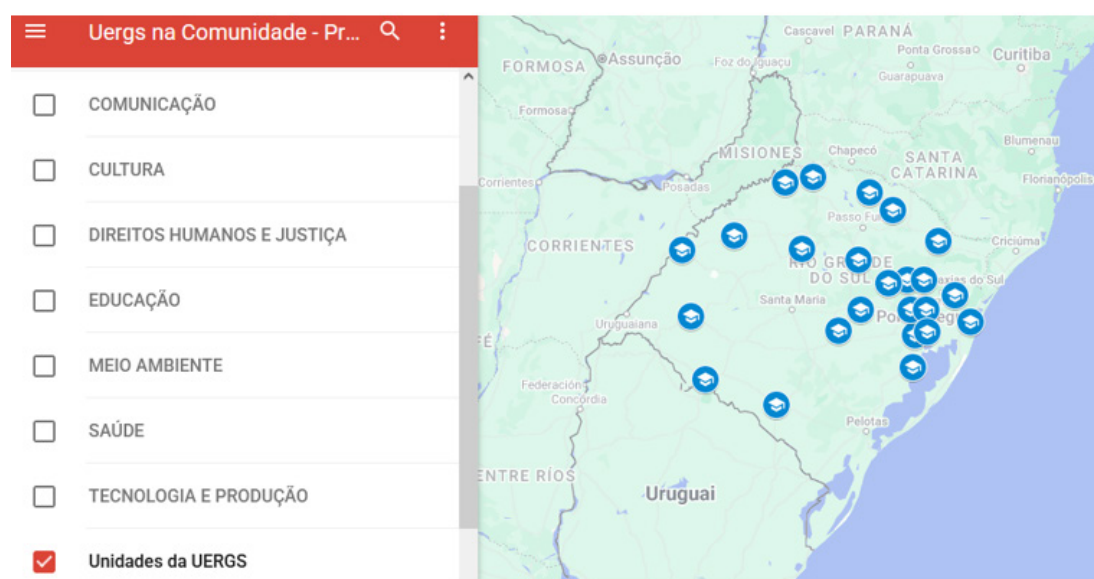
Relacionado aos objetivos dos ODS, o ano de 2025 marcou a 11ª edição do Salão Integrado de Ensino, Pesquisa e Extensão (SIEPEX) da Universidade, com o tema “Universidade e Sustentabilidade: educação para um planeta em transformação”. A opção por adotar esse foco fundamenta-se, ainda, no contexto das mudanças climáticas e nos desafios de contingência e mitigação que elas impõem, especialmente evidenciados pelos eventos extremos ocorridos nos últimos anos, sobretudo pelas enchentes que atingiram o Rio Grande do Sul.

O engajamento da comunidade acadêmica frente aos desastres climáticos recentes no Rio Grande do Sul materializa a indissociabilidade entre o saber científico e a prática extensionista defendida por De Deus (2017). A partir dessa integração, a universidade deixa de ser uma espectadora para se tornar protagonista na resolução de problemas complexos. Nesse sentido, é pertinente estimular e destacar o papel da Uergs na produção de ações que possam contribuir para a minimi-

zação dos impactos no meio ambiente, transformando a extensão em um eixo de suporte estratégico à resiliência regional. Da mesma forma, os estudantes e professores envolvidos adquirem conhecimentos e os transformam em habilidades e atitudes, promovendo seu desenvolvimento profissional por meio das experiências extensionistas.

Em 2020, a Uergs lançou o “Mapa com as ações de extensão desenvolvidas pela Universidade”, no qual é possível visualizar todos os projetos desenvolvidos em 2019 nas 23 unidades, distribuídos em sete áreas distintas: comunicação, cultura, direitos humanos e justiça, educação, meio ambiente, saúde, tecnologia e produção, seguindo a resolução nº 7, de 2018, do Conselho Nacional de Educação (UERGS, 2025; Brasil, 2018). A iniciativa, chamada “A Extensão em Mapas”, disponibiliza uma ferramenta geoespacial (Figura 2) que permite a visualização e análise da localização geográfica dos projetos e ações de extensão desenvolvidos pela Uergs. Por

Figura 2. Uergs na comunidade: mapa das ações de extensão



Fonte: Uergs (2024).

meio dessa plataforma interativa, os usuários podem navegar e explorar a distribuição espacial das iniciativas extensionistas, obtendo uma compreensão aprofundada da inserção da Uergs na comunidade. Essa representação visual facilita a identificação de padrões, a análise de lacunas e a avaliação do impacto da extensão em diversos contextos territoriais. A ferramenta contribui para a transparência

e a publicização das atividades de extensão universitária, fomentando o reconhecimento da relevância das intervenções da Uergs. O quadro 1, a seguir, apresenta os números e indicadores referentes à extensão universitária da Uergs. No ano de 2025, a Universidade executou 382 ações de extensão, com 80 estudantes beneficiados com bolsas, impactando mais de 85 mil pessoas.

Quadro 1. Indicadores da Extensão Universitária da Uergs

Principais Indicadores	Dados 2025
Nº de ações de extensão realizadas (presenciais e remotas)	382
Nº de estudantes beneficiados com bolsas de extensão	80
Nº de beneficiários diretos dos projetos de extensão	85.177
Depósito de produtos de extensão em bibliotecas e repositório digitais nacionais e internacionais	261
Acessos/visualizações dos artigos publicados	164.264

Fonte: Uergs (2025).

A Resolução Conepe nº 022/2024, da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, estabelece o marco normativo para a inserção das práticas extensionistas nos currículos de graduação. Conforme o Art. 40 do referido documento, a curricularização da extensão operacionaliza-se por meio de componentes curriculares regulares com carga horária extensionista e pelo Aproveitamento de Atividades de Extensão (AAE), solicitado pelo discente. O parágrafo único da norma determina que os Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs) devem facultar a combinação de ambos os formatos, assegurando o cumprimento do índice mínimo de 10% da carga horária total do curso em atividades de extensão (UERGS, 2024).

Quanto aos componentes curriculares específicos de extensão, a Universidade os classifica em quatro formatos, permitindo que os cursos adequem as suas práticas às distintas demandas e necessidades regionais. O primeiro, denominado Componente Curricular de Extensão, caracteriza-se como uma disciplina com carga horária definida em cada PPC, na qual os discentes desenvolvem atividades semestrais sob supervisão docente, com a obrigatoriedade de emissão de relatório ao término do período. Por sua vez, os “Projetos Integrados de Extensão I” devem apresentar carga horária mínima de dois créditos, justificada pela integração das etapas de planejamento e execução em diferentes áreas do conhecimento (UERGS, 2024).

A resolução prevê também a continuidade dos projetos por meio da segunda versão do componente curricular, a qual representa o desdobramento e a evolução das ações planejadas inicialmente. Adicionalmente, o mesmo documento estabelece os Conteúdos Curriculares de Extensão (CCEEx), caracterizados por atividades integradas às disciplinas da matriz curricular, que visam promover a vivência extensionista dos discentes sob supervisão docente e registro institucional.

Os acadêmicos dos cursos de graduação também podem solicitar aproveitamento em atividades de extensão realizadas fora desses formatos citados anteriormente. As possibilidades de interação e contribuição englobam a participação em projetos de extensão, seja como bolsista, seja como acadêmico voluntário. Além disso, contempla-se a prestação de serviços que evidenciem a articulação entre a Universidade e a sociedade. Tais serviços incluem consultorias, assessorias, curadorias e atendimentos, os quais podem ser executados tanto no âmbito interno quanto externo à instituição universitária. Por fim, estão incluídas as possibilidades de participações: em empresas juniores, estabelecidas por discentes sob a orientação de docentes, e em incubadoras formalmente reconhecidas pela Universidade (Bitencourt; Silva; Semensatto, 2025).

A produção acadêmica de natureza extensionista abrange uma ampla gama de produtos, incluindo obras bibliográficas (livros, capítulos, artigos e manuais), recursos audiovisuais, softwares, jogos educativos e manifestações artísticas, como partituras, exposições e peças teatrais. Essas produções são validadas institucionalmente desde que resultem de atividades de extensão e não tenham sido computadas em outras categorias de produtividade (UERGS, 2024).

A extensão universitária configura-se como um mecanismo estratégico de integração entre a academia e a sociedade, especialmente no enfrentamento e gerenciamento de crises. Sob essa ótica, destacam-se as ações desenvolvidas durante a pandemia de Covid-19, período em que, a partir de março de 2020, a Universidade reestruturou seus eixos de ensino, pesquisa e extensão para o regime remoto. Tal adaptação não apenas assegurou a continuidade das ações preexistentes, mas também fomentou novas iniciativas. Desde então, a modalidade virtual consolidou-se em diversas atividades, sendo adotada sempre que a natureza da ação permite a eficácia no atendimento às demandas sociais.

Nesse período, foram desenvolvidas inovações para atender às necessidades específicas dos públicos-alvo, especialmente em resposta aos desafios gerados pela crise nas áreas de saúde pública, mobilidade e economia. Isso reflete a extensão enquanto projeto político-pedagógico (Benetti *et al.*, 2015). Assim, a universidade pública deve ser um agente de transformação capaz de reestruturar suas práticas para garantir a indissociabilidade acadêmica mesmo em cenários adversos.

Um dos projetos de destaque consistiu em oferecer assessoria em marketing digital a micro e pequenos empreendedores que ainda não dominavam o uso de plataformas online como ferramentas de divulgação, criação de conteúdo e comercialização. Foi nesse mesmo ano (2020) que a Universidade formalizou a primeira Incubadora Social *on-line*, objetivando desenvolver e construir logomarcas, canais de comunicação e artes digitais para os negócios em construção e os já desenvolvidos. A Figura 3, a seguir, apresenta a arte utilizada no período da pandemia e as logomarcas atuais das Incubadoras Tecno-Sociais.

Figura 3. Logomarcas das Incubadoras: formato *on-line* (período da pandemia) e artes atuais das unidades em Cachoeira do Sul e Erechim (trabalho presencial)



Fonte: Uergs (2025).

A Universidade consolidou uma resolução institucional para novas incubadoras, permitindo a adaptação regional às demandas locais. Atualmente, as Unidades em Cachoeira do Sul, Erechim, Santa Cruz do Sul e Porto Alegre possuem incubadoras tecno-sociais, focadas em apoiar empreendedores na gestão. Além disso, o edital de bolsas de extensão incentiva docentes a criar iniciativas de impacto social nessa modalidade. Tais incubadoras buscam promover inovação, sustentabilidade e impacto social com suporte técnico e estratégico para empreendimentos locais.

Outro projeto de alcance bastante significativo é o Aulas Abertas (Figura 4). Com início no período da pandemia de Covid-19, o Aulas Abertas é um evento de extensão com o propósito de compartilhar conhecimento sobre temas atuais que suscitam discussões tanto na academia quanto na sociedade em geral. O evento conta com palestrantes especializados, convidados por sua expertise e habilidade em comunicar o conteúdo de forma acessível para o público em geral. No ano de 2025, o projeto chegou à quinta edição e, a cada ano, o retorno do público é expressivo e contínuo. Contando com mais de 300 inscritos a cada ano, o evento tem alcançado pessoas de todo o Brasil, ampliando a visibilidade da Uergs fora do ambiente acadêmico. Cada edição tem mais de 2 mil

visualizações das palestras, transmitidas no canal do YouTube.

Figura 4. Logomarca do projeto de extensão “Aulas Abertas”



Fonte: Uergs (2025).

Em maio de 2024, as enchentes no Rio Grande do Sul representaram um momento crítico, impactando severamente o estado. As unidades da Uergs mais atingidas foram: Bento Gonçalves, Cachoeira do Sul, Encantado, Guaíba e Porto Alegre. Diante da dramática situação da população gaúcha e da vasta mobilização social, a Uergs implementou uma iniciativa para reconhecer as ações voluntárias de seus estudantes. A Pró-Reitoria de Extensão (Proex) lançou uma proposta para orientar e certificar os acadêmicos engajados no voluntariado, os quais utilizaram seus conhecimentos e senso cívico em prol da sociedade. No total, 85 ações discentes foram

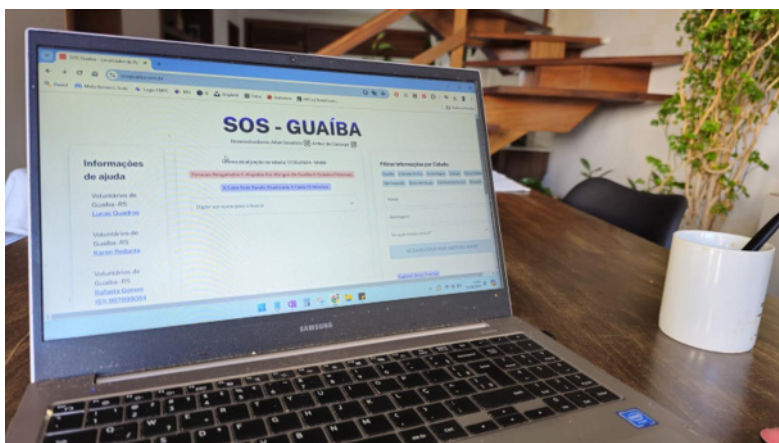
registradas e estão disponíveis no "Mapa do Voluntariado Discente" na página da Proex.

Uma das iniciativas implementadas foi o desenvolvimento do sistema "SOS Guaíba" (Figura 5) por discentes do curso de Engenharia da Computação, sob a coordenação de um docente do curso. Este aplicativo web, que opera diretamente em navegadores sem a necessidade de instalação, possibilitou o registro de indivíduos desaparecidos, a disseminação de informações sobre abrigos e a coordenação de doações, facilitando a comunicação entre os afetados pela inundação e as

pessoas voluntárias.

A iniciativa foi ampliada para o desenvolvimento do aplicativo "SOS Uergs". Esse recurso manteve as funcionalidades de suporte e solidariedade, ao mesmo tempo em que possibilitou a identificação da localização dos membros da comunidade acadêmica da Uergs em todo o Estado. Adicionalmente, permitiu identificar as suas principais necessidades, avaliar a capacidade de retomada das atividades acadêmicas e verificar a disponibilidade da comunidade acadêmica para auxiliar as suas comunidades locais.

Figura 5. SOS Guaíba: aplicativo criado pelo curso de Engenharia da Computação



Fonte: Repórter Guaibense (2024).

Além da atuação da Universidade em iniciativas de trabalho voluntário, projetos de extensão foram desenvolvidos com o intuito de gerar conhecimentos aplicáveis ao gerenciamento da crise. Um dos projetos desenvolvidos na Unidade em Cachoeira do Sul teve como objetivo diagnosticar os impactos das enchentes no contexto da agricultura familiar, avaliando a porcentagem de perdas na produção, equipamentos, moradia e instalações. Os dados foram entregues em formato de relatórios-ofícios às principais lideranças e organizações da agricultura, além de terem sido debatidos em reuniões da Universidade

com representações políticas.

Nesse período, a Universidade também lançou uma campanha própria, denominada "Uergs de Mãos Dadas com o RS", a qual teve como finalidade engajar a comunidade universitária no desenvolvimento de ações e projetos para minimizar os impactos da enchente. Na Figura 6, destaca-se a atuação dos discentes do curso de Engenharia de Bioprocessos e Biotecnologia da Unidade de Bento Gonçalves na produção de sabão ecológico. Esse material foi destinado à limpeza de residências nas regiões severa-

mente impactadas pelas enchentes. Iniciativas similares foram também realizadas nas Unidades em Erechim, Porto Alegre e Santa Cruz do Sul.

Figura 6. Produção de sabão ecológico pelos estudantes



Fonte: Uergs (2024).

3 OPERACIONALIZAÇÃO DA CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO: EXPERIÊNCIAS, POSSIBILIDADES E DESAFIOS

Esta seção tem como objetivo apresentar experiências, impactos e desafios operacionais relacionados aos dois formatos de curricularização da extensão nos cursos de graduação da Uergs, conforme instituído por sua resolução. A primeira modalidade refere-se à inclusão de disciplinas de extensão nos projetos político-pedagógicos dos cursos de graduação, denominadas "Práticas Interdisciplinares em Extensão I e II", "Atividades Curriculares de Extensão I e II" e "Projetos Integrados de Extensão". A orientação institucional para esses componentes curriculares prevê que parte da carga horária seja destinada ao planejamento e parte à execução de práticas extensionistas. Além disso, esses componen-

tes visam integrar diferentes conhecimentos dos cursos para desenvolver projetos e ações interdisciplinares, atendendo às demandas e necessidades das regiões do estado.

A maior parte dos cursos de graduação da Uergs que atualizou os seus Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs) para incorporar a curricularização da extensão alocou a maior parcela dos 10% da carga horária no Formato 1. Dentro deste formato, a preponderância da carga horária foi direcionada à componentes curriculares de extensão, especificamente os projetos integrados I e II (como eletivas), além da inserção de conteúdos curriculares de extensão que consistem, em sua maioria, em atividades integradas às disciplinas obrigatórias.

A institucionalização da extensão nos currículos de graduação impõe desafios complexos à operacionalização acadêmica, evidenciados, sobretudo, pela resistência de parcelas do corpo docente que carecem de um 'perfil extensionista'. De Deus (2017) corrobora essa análise ao discutir o amadurecimento histórico da área, pontuando que a extensão foi, por muito tempo, percebida como uma atividade extra ou meramente assistencialista. Segundo a autora, essa cultura acadêmica reflete uma formação docente que não contemplou a extensão como processo educativo e científico, resultando em uma dificuldade de compreensão da integralidade da atividade extensionista (De Deus, 2017). Andrade *et al.* (2025) destacam que a falta de tradição extensionista na formação de muitos professores gera uma "crise de identidade" acadêmica. Ovidio e Martins (2024) corroboram com esse argumento ao afirmar que as universidades precisam interpretar as demandas públicas e envolver professores e acadêmicos num processo de aprendizagem coletiva, buscando promover ações que transformam a sociedade.

Todavia, a obrigatoriedade curricular visa romper com essa visão tradicional, projetando benefícios que transcendem a formação técnica. Ao integrar a extensão ao percurso acadêmico, espera-se consolidar uma formação integral que qualifica o ensino e direciona a produção de conhecimento para as demandas da sociedade, superando a histórica marginalização desse eixo nas instituições brasileiras.

Apesar de ser um pilar universitário, a extensão ainda enfrenta um importante desafio no estabelecimento de um diálogo construtivo com os diversos setores da sociedade: a interdisciplinaridade. Os projetos exigem a colaboração de docentes com perfis e formações diversas, demandando a construção de "pontes" dialógicas para elaborar propostas heterogêneas e alinhadas às demandas sociais. Por outro lado, a interdisciplinaridade oferece uma oportunidade de ampliar a perspectiva do acadêmico, resultando em uma formação profissional diferenciada, apta a abordar problemas complexos, como as mudanças climáticas e a sustentabilidade, por exemplo. Ovídio e Martins (2024, p. 13) acrescentam outros aspectos pertinentes para a viabilização e evolução da curricularização da extensão, que envolvem: “a organização curricular, a estrutura física, as atribuições dos docentes, as atividades discentes e os recursos financeiros”.

Quanto ao segundo formato, referente às ações e aos projetos de extensão, estes são caracterizados pelos planejamentos efetuados pelos docentes e enviados à Pró-Reitoria de Extensão, seja pela concorrência de bolsas por meio de edital de projetos, seja pelo registro por meio de formulários específicos. Quanto à duração, vão de três a 12 meses, possibilitando, inclusive, o desenvolvimento de atividades no período de reces-

so acadêmico (janeiro, fevereiro e julho). A inclusão desses meses é justificada pela demanda dos públicos atendidos nas regiões, especialmente pelas ações que auxiliam na geração de renda.

A Universidade mantém projetos de extensão estruturados no formato de feiras, visando à divulgação institucional, à prestação de assessoria a empreendimentos e ao fomento da inovação e do desenvolvimento de produtos. Entre as iniciativas, destacam-se a Feira da Agricultura Familiar, a Feira Itinerante de Administração, a Feira do Empreendedor e a Feira de Inovação "Farinha de Casca de Uva como uma Alternativa Sustentável".

A *Feira da Agricultura Familiar* é um projeto de extensão desenvolvido desde o ano de 2016, em parceria com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) e a Associação dos Fumicultores do Brasil (AFUBRA). Visa oportunizar à agricultura familiar de Cachoeira do Sul um espaço de comercialização para os seus produtos. Durante a pandemia, a iniciativa foi reorganizada para atender aos consumidores locais no formato *delivery*, constituindo uma inovação que se consolidou como um novo projeto, atualmente denominado “Agricultura Familiar Delivery”. Ambos os projetos são importantes canais de vendas para 25 famílias, que obtêm uma margem de 30% da renda total por meio dessas ações.

A Feira do Empreendedor da Uergs é uma iniciativa de extensão universitária que busca incentivar o empreendedorismo, em parceria com a Associação de Artesãos de Cachoeira do Sul (ASSOARTE) e com a Associação Cachoeirense de Artesanato (ASCART). O projeto visa capacitar o público beneficiário em áreas como organização de eventos, marketing digital e estruturação de espaços físicos.

A *Feira Itinerante de Gestão*, projeto executado nas Unidades em Porto Alegre e em Cachoeira do Sul, tem como objetivo apresentar as atividades desenvolvidas nos cursos de Administração, promovendo a aproximação entre a Universidade e a sociedade. A feira oferece à comunidade uma oportunidade de vivenciar um pouco da vida universitária, incentivando jovens a considerarem a Uergs como uma opção para o futuro acadêmico. Para isso, professores ministram palestras e/ou oficinas voltadas aos alunos dos últimos anos do Ensino Médio. O projeto contribui de forma significativa para divulgar os cursos de Administração da Universidade, atraindo novos acadêmicos.

A Feira de Inovação: Farinha de casca de uva

como uma *alternativa sustentável* é uma parceria entre a Escola Estadual de Educação Profissional João de Cesaro e o Programa de Pós- Graduação em Ciência e Tecnologia de Alimentos da Uergs da Unidade de Encantado, que organizam a feira de inovação tendo como tema central o uso de casca de farinha de uva. O projeto desafia alunos da escola a criar inovações com resíduos da produção do suco de uva, visando dar visibilidade a esse resíduo que geralmente é descartado, mas tem alto potencial nutricional e importante contribuição para a sustentabilidade. Além de estimular a comunidade escolar para o uso do resíduo, o projeto ainda consolida a Universidade na localidade e na região, atraindo novos ingressos para os cursos oferecidos em Encantado.

Figura 7. Feira da Agricultura Familiar, Feira do Empreendedor, Feira Itinerante de Gestão e Feira de Inovação



Fonte: Uergs (2025).

Na modalidade “eventos” é possível destacar iniciativas relacionadas à inovação. O primeiro deles é o *Hackathon*, imersão de inovação - ocorrido no ano de 2023 em Cachoeira do Sul em parceria com as instituições e organizações locais, além da Secretaria de Inovação, Ciência e Tecnologia (SICT) representada pelo grupo gestor do programa Inova-RS da região central do RS. O evento reuniu cerca de 120 alunos do curso de Administração, que divididos em equipes, apresentaram propostas de

inovação para estimular a venda das empresas do comércio local. As equipes ganhadoras do evento, além de premiadas, tiveram as suas ações reconhecidas e executadas pelas empresas do município. A principal inovação gerada consistiu na criação de um jogo com pontuações que foi adotado pelas empresas locais para atrair consumidores para as lojas físicas, aumentando o número de vendas. Há, ainda, iniciativas do tipo *hackatons* em outras Unidades, tais como em Guaíba (Figura 8).

Figura 8. Eventos de extensão: Hackathon nas unidades de Cachoeira do Sul e Guaíba



Fonte: Uergs (2025).

Em comemoração aos 50 anos da publicação do ensaio "*The Tragedy of the Commons*" de Garrett Hardin na revista Science, em 2018, teve início o projeto de extensão “Tragédia dos Comuns”, com o tema "A Tragédia dos Comuns Hoje: Seu Legado no Desenvolvimento de Políticas Públicas". Desde então, o Grupo de Pesquisa Políticas, Gestão Pública e Desenvolvimento - UERGS/CNPq realiza anualmente Ciclos de Debates da Tragédia dos Comuns, sendo incorporada, em 2020, a realização da Mostra Científica Cidades e Sustentabilidade. As palestras e debates abor-

daram tópicos como cidades sustentáveis, medidas de comando e controle ambiental, instrumentos econômicos ambientais, ética e educação ambiental.

Considerando a modalidade “pesquisas aplicadas à extensão”, é possível observar um conjunto de práticas desenvolvidas no âmbito universitário, reunindo conhecimento acadêmico, científico, técnico e jornalístico. Uma das recentes inovações neste quesito é o projeto *Top of Mind*, cuja pesquisa na área do marketing visa identificar as marcas, pes-

soas, instituições e organizações que estão no “topo” ou memória da população local do município de Cachoeira do Sul. A cerimônia de premiação acontece todos os anos por meio da divulgação em mídia impressa e eletrônica, impulsionando o reconhecimento das marcas e nomes. A pesquisa é realizada pelo curso de Administração.

Outra experiência bastante significativa refere-se à *Pesquisa Mensal de Preços dos Alimentos da Cesta Básica*. Como metodologia, são reproduzidas as técnicas do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) com a coleta de preços nos seis principais estabelecimentos comerciais (supermercados), com o auxílio de uma tabela que identifica alimentos, valores e marcas, cujos dados foram analisados de forma estatística. Os textos analíticos são publicados mensalmente nos principais veículos de comunicação local, incluindo o Jornal do Povo. As pesquisas de preços cumprem a função social da Universidade, ao produzirem conhecimentos e informações de utilidade pública. Igualmente, as publicações mensais reforçam o papel extensionista da universidade e do curso de graduação, além de ampliar a visibilidade institucional.

Dentre os cursos de extensão ofertados pela Uergs, destaca-se o de *Boas Práticas na Manipulação de Alimentos em Caxias do Sul*, projeto que completa mais de uma década de execução ininterrupta. Realizado recentemente em parceria com a Prefeitura Municipal, a iniciativa capacita profissionais quanto às normas sanitárias da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), visando à segurança alimentar e à prevenção de doenças transmitidas por alimentos (DTAs). A formação abrange desde protocolos de higiene e controle de riscos biológicos até exigências estruturais para serviços de alimentação

e agroindústrias (UERGS, 2017; Caxias do Sul, 2022).

O curso de Boas Práticas se adaptou à Resolução nº 22, de 2024 ao transformar o protagonismo discente em crédito acadêmico formal. A iniciativa supera a dependência de figuras individuais e se consolida como um projeto político-pedagógico vivo, que atende a carga horária obrigatória enquanto promove impacto social real e duradouro. A longevidade e a autonomia discente neste curso materializam o conceito de extensão como percurso formativo (De Deus, 2017).

No que se refere às *Empresas Juniores*, a Universidade conta com uma iniciativa que se mantém em funcionamento na Unidade em Sananduva. A resolução nº 15, de 2021 orienta a constituição e o funcionamento seguindo os pressupostos da Lei 13.267, de 6 de abril de 2016. Como finalidades, estão incluídas: desenvolver processos, produtos, projetos, serviços e ações que contribuam para o desenvolvimento das regiões nas quais atuam, fomentando a capacitação acadêmica e profissional aos associados, e o estímulo à formação cidadã dos acadêmicos, além do fortalecimento das relações entre universidade e comunidade. Com fins não lucrativos, há obrigatoriedade de aplicação de excedentes financeiros no fomento às atividades da empresa e de seus associados.

A Universidade também atua em projetos de *Hortas Comunitárias* (Figura 9), localizadas nas Unidades em Cachoeira do Sul, Caxias do Sul, Sananduva, Três Passos e Vacaria. Observa-se a importância das hortas comunitárias como atividade de extensão, devido a sua capacidade de fomentar a segurança alimentar e a nutrição, e incentivar práticas de sustentabilidade ambiental. Quando implantadas no ambiente escolar, as hortas

produzem alimentos que servem de insumo para as refeições dos estudantes. Já quando situadas em terrenos públicos, os alimentos produzidos são destinados à população em situação de vulnerabilidade social. Para estudantes e professores, o desafio consiste em colocar os conhecimentos técnicos em práti-

ca, conciliando o planejamento da produção com o abastecimento alimentar. Além disso, oferece um espaço para o desenvolvimento de competências técnicas e sociais por parte dos estudantes, aplicando conhecimentos acadêmicos em benefício da sociedade e fortalecendo o papel social da instituição.

Figura 9. Hortas comunitárias em Três Passos



Fonte: Uergs (2025).

A extensão universitária representa o desempenho do trabalho e do compromisso da universidade com a sociedade. Além disso, “ao promover a interação dialógica entre os diversos saberes, a extensão se consolida como um espaço de aprendizado mútuo, onde a troca de experiências se torna o pilar da construção do conhecimento” (Bitencourt; Silva; Semensatto, 2025, p.1).

À luz de Santos (2005), a universidade pública precisa responder aos desafios contemporâneos por meio de uma reforma democrática e emancipatória, capaz de reconhecer que o conhecimento acadêmico pode ser transformado pela experiência social e vice-versa. A extensão, nesse sentido, constitui uma via para aproximar o conhecimento universitário aos saberes sociais, populares, profissionais e territoriais. No caso da Uergs, é especialmente relevante, pois a Universidade está distribuída em diferentes regiões do Rio Grande do Sul e tem, em sua missão institucional, o

compromisso com o desenvolvimento regional, a inclusão social e a formação cidadã.

As experiências relatadas evidenciam potencialidades significativas, ressaltando que a inserção curricular da extensão requer condições institucionais efetivas, formação docente continuada, financiamento adequado e mecanismos de avaliação qualitativa de seus impactos. Nesse contexto, a Pró-Reitoria de Extensão da Uergs tem aprimorado os sistemas de registro e gestão de informações das ações desenvolvidas. Persiste, contudo, o desafio da articulação com o sistema acadêmico e junto à Pró-Reitoria de Ensino para a efetiva integração das atividades extensionistas aos currículos.

Além disso, os esforços subsequentes concentram-se na avaliação qualitativa das ações. Embora a instituição tenha evoluído na utilização de métodos avaliativos, dada sua importância como fonte de informação para a

atualização permanente das práticas e para a identificação de êxitos e lacunas, como ressaltam Meirelles e Santos (2013), tal procedimento ainda não constitui uma exigência normativa para os proponentes das ações na Universidade.

A transposição das diretrizes nacionais para o âmbito interno não é meramente burocrática. Na Uergs, a criação de formatos como o Aproveitamento de Atividades de Extensão (AEE) os Conteúdos Curriculares de Extensão (CCEx) reflete o esforço institucional para oferecer flexibilidade pedagógica, algo que Andrade *et al.* (2025) identificam como essencial para evitar que a extensão se torne um ‘apêndice’ curricular sem impacto real.

A inserção curricular da extensão proporciona aos discentes a consolidação dos conteúdos abordados em sala de aula por meio da vivência profissional. Além disso, amplia as possibilidades de atuação direcionada ao desenvolvimento de inovações, no atendimento às demandas e aos desafios da sociedade. Para os docentes, as atividades de extensão representam oportunidades de atualização das práticas pedagógicas do ensino e da pesquisa, da consolidação dos cursos de graduação nas localidades e regiões as quais estão inseridos, além de expandir a rede de contatos e a geração de novas ideias (Bitencourt; Silva; Semensatto, 2025).

Conforme exposto, a curricularização da extensão assume relevância ainda maior no contexto de uma universidade pública cuja missão primordial é o fomento do desenvolvimento regional, aliado à interiorização do ensino superior. As iniciativas apresentadas exemplificam as múltiplas atividades que, na Uergs, convergem para atender às demandas sociais, em alinhamento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve como objetivo abordar a inserção curricular da extensão na Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, destacando suas experiências e desafios. Reconhece-se que os desafios são significativos, especialmente no que tange à insuficiência orçamentária dedicada à extensão universitária, visto que muitas atividades são financiadas pelos próprios membros da comunidade acadêmica, uma vez que o orçamento público destinado à extensão na Uergs resume-se ao pagamento de bolsas aos acadêmicos participantes dos projetos contemplados via edital. Nesse âmbito, as restrições orçamentárias impactam a estrutura física e a aquisição de materiais de apoio para a realização das atividades de extensão. Tal cenário demanda que a Universidade busque alternativas, como parcerias intersetoriais, para que a carência financeira não comprometa o cumprimento das diretrizes extensionistas e a missão de promover o desenvolvimento nas diferentes regiões do Rio Grande do Sul.

É pertinente destacar que a extensão universitária constitui um processo fundamentado em interações, aprendizagens e experiências, que nem sempre é compreendido como um componente complementar e indissociável do ensino e da pesquisa. Diante desse contexto, torna-se importante o desenvolvimento do papel mediador das instituições de ensino, promovendo a sensibilização de docentes tradicionalmente orientados por métricas associadas ao ensino e à pesquisa, de modo a fortalecer o reconhecimento da extensão universitária como dimensão indissociável da formação acadêmica. A Resolução nº 22, de 2024 da Uergs tenta mitigar esse desafio ao institucionalizar o registro e a supervisão, transformando a extensão em uma responsabilidade coletiva.

Considera-se, primordialmente, que a extensão constitui uma via de mão dupla, na qual o conhecimento é construído de forma colaborativa entre participantes e idealizadores. Dessa forma, ela pode ocorrer tanto nas comunidades quanto no ambiente acadêmico, fomentando essa troca mútua de saberes.

A análise da experiência da Uergs evidencia que a curricularização da extensão deve ser compreendida como um processo em construção, permeado por avanços institucionais, desafios operacionais e pela compreensão do papel da universidade pública. Com base em Freire (1983), De Deus (2017), Gadotti (2017), Santos (2005) e Benetti *et al.* (2015), é possível afirmar que a extensão curricularizada não deve se restringir à formalização de cargas horárias, registros ou modalidades de ação. Seu sentido mais profundo está na capacidade de produzir uma formação acadêmica socialmente referenciada, dialógica e comprometida com os territórios.

Assim, a principal contribuição da experiência analisada reside em demonstrar que a extensão pode qualificar o ensino e a pesquisa, fortalecer a formação discente, ampliar a inserção social da Universidade e produzir respostas qualificadas às demandas regionais. A institucionalização da avaliação pode favorecer a compreensão, por parte da comunidade acadêmica, acerca dos benefícios da extensão curricular, transcendendo a mera formalidade da obrigatoriedade de

10% da carga horária.

Quando integrada de forma consistente e inovadora, a extensão atua como um elemento motivador para o discente, permitindo a complementação de sua formação técnica com uma perspectiva crítica e cidadã. Ao mesmo tempo, o processo exige atenção permanente aos riscos de mera formalização das atividades, fragmentação das ações, fragilidade de financiamento e desigualdade de condições entre cursos e unidades.

Os dados analisados demonstram que a extensão universitária transcende a atividade acadêmica, configurando-se como um processo educativo, complementar e, notadamente, transformador. Mesmo no curto período de sua inserção obrigatória nos currículos de graduação, observa-se uma evolução no ensino, com professores engajando-se em atividades frequentemente desafiadoras e até então desconhecidas. Paralelamente, a satisfação dos acadêmicos em aprender, compartilhar e, principalmente, pertencer a essas experiências é evidente.

Para a comunidade, o diálogo estabelecido com a universidade emerge como uma alternativa viável na busca por soluções para suas demandas cotidianas. Em última análise, a extensão contribui significativamente para a construção de um mundo mais equitativo e desenvolvido, refletindo o compromisso social da instituição.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, L. M. B. M. *et al.* Extensão universitária: os desafios da curricularização no curso de Gestão Pública da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA). **Caderno Pedagógico**, Curitiba, v. 22, n. 9, p. 1-25, 2025. Disponível em: [https://ojs.](https://ojs.studiespublicacoes.com.br/ojs/index.php/cadped/article/view/18513)

[studiespublicacoes.com.br/ojs/index.php/cadped/article/view/18513](https://ojs.studiespublicacoes.com.br/ojs/index.php/cadped/article/view/18513). Acesso em: 26 jun. 2026.

BENETTI, Pablo Cesar; SOUSA, Ana Inês; SOUZA, Maria Helena do Nascimento. Creditação da

Extensão Universitária nos cursos de graduação: relato de experiência. **Revista Brasileira de Extensão Universitária**, Brasil, v. 6, n. 1, p. 25-32, 2015. DOI: 10.36661/2358-0399.2015v6i1.1951. Disponível em: <https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/RBEU/article/view/1951>. Acesso em: 7 jun. 2026.

BITENCOURT, Betina Magalhães; SILVA, Rodrigo Sanchotene; SEMENSATTO, Simone. **Manual da Inserção Curricular da Extensão**. Porto Alegre: Uergs, 2025. Disponível em: <https://pev-proex.uergs.edu.br/index.php/livros/article/view/4435/993> Acesso em: 30 jun. 2025.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 3 ago. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018**. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 19 dez. 2018. Seção 1, p. 49. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/resolucao-n-7-de-18-de-dezembro-de-2018-55877677>.

BRASIL. **Lei nº 13.267, de 6 de abril de 2016**. Disciplina a criação e a organização das associações denominadas empresas juniores, com funcionamento perante instituições de ensino superior. Brasília, DF: Presidência da República, 2016. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13267.htm. Acesso em: 13 jun. 2025.

CAXIAS DO SUL. Prefeitura Municipal. **Curso aborda boas práticas na manipulação de alimentos**. Caxias do Sul, 26 abr. 2022. Disponível em: <https://caxias.rs.gov.br/noticias/2022/04/curso-aborda-boas-praticas-na-manipulacao-de-alimentos>. Acesso em: 7 jun. 2026.

DE DEUS, Sandra de Fatima Batista. A valorização da extensão universitária no Brasil. **Revista Brasileira de Extensão Universitária**, Brasil, v. 8, n. 2, p. 121-124, 2017. DOI: 10.24317/2358-0399.2017v8i2.6811. Disponível em: <https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/RBEU/article/view/6811>. Acesso em: 7 jun. 2026.

FONTENELE, Iolanda Carvalho. A curricularização da

extensão no Brasil: história, concepções e desafios. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 27, e97067, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-0259.2024.e97067>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/gFvKwGvJTdRjdrJfyNqF3LP/>. Acesso em: 3 ago. 2026.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** Tradução de Rosisca Darcy de Oliveira. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GADOTTI, Moacir. **Extensão universitária: para quê?** São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2017. Disponível em: https://eba.ufrj.br/wp-content/uploads/2023/02/Extensao_Universitaria_-_Moacir_Gadotti_fevereiro_2017.pdf. Acesso em: 7 jun. 2026.

GONÇALVES, Nadia Gaiofatto. Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão: um princípio necessário. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 33, n. 3, p. 1229-1256, set./dez. 2015. DOI: <https://doi.org/10.5007/2175-795X.2015v33n3p1229>. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/rp/v33n3/2175-795X-rp-33-3-01229.pdf>. Acesso em: 3 ago. 2026.

MARIGA, Gabriela. et al. Ações da incubadora social on-line da UERGS em Erechim: assessoria em marketing digital para empreendimentos da agricultura familiar. In: Salão Integrado de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul - Uergs (SIEPEX), 10, 2021. **Anais [...]** Porto Alegre: UERGS, 2021. Disponível em: <http://pev-proex.uergs.edu.br/index.php/xsiepex/article/view/3277/645>. Acesso em: 19 dez. 2023.

MEIRELLES, Fernando Setembrino Cruz; SANTOS, Sonia Regina Mendes dos. A avaliação e a construção de indicadores: um estudo sobre as principais diretrizes e suas repercussões para a avaliação da extensão. In: NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel (org.). **Avaliação da extensão universitária: práticas e discussões da comissão permanente de avaliação da extensão**. Belo Horizonte: FORPROEX, 2013. p. 61-76.

MOLNAR, Pedro. Quem são os dois alunos da Uergs que desenvolveram o site SOS Guaíba. Repórter Guaibense, Guaíba, 17 maio 2024. Disponível em: <https://www.reporterguaibense.com.br/noticia/quem-sao-os-dois-alunos-da-uergs-que-desenvolveram-o-site-sos-guaiba>. Acesso em: 31 jul. 2026.

OVLIDIO, Rosângela Bagnol; MARTINS, Angela Maria. Curricularização da extensão: desafios e possibilidades. **Conexão**, Ponta Grossa, v. 20, e23806, 2024. DOI: <https://doi.org/10.5212/Rev.Conexao>.

v20.23806.022. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/conexao>. Acesso em: 31 jul. 2026.

SANTOS, Boaventura de Sousa. A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade. **Educação, Sociedade & Culturas**, Porto, n. 23, p. 137-202, 2005.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL (UERGS). Sobre a Uergs. In: **Portal Institucional da Uergs**. Porto Alegre, 2025. Disponível em: <https://www.uergs.edu.br/sobre-a-uergs>. Acesso em: 31 jul. 2026.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL. **Uergs em Caxias oferece capacitação em Boas Práticas de Manipulação de Alimentos**. Porto Alegre, 2017. Disponível em: <https://www.uergs.edu.br/uergs-em-caxias-oferece-capacitacao-em-boas-praticas-de-manipulacao-de-alimentos>. Acesso em: 7 jun. 2026.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL. **Resolução CONEPE 018/2020** - Institui e regulamenta a Política de Extensão da Uergs. Porto Alegre, 2020.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL. **Resolução CONEPE 015/2021** - Dispõe sobre as orientações para sistematizar a criação e a relação das empresas juniores no âmbito da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul - UERGS, observando o que dispõe a Lei nº 13.267, de 06 de abril de 2016. Expediente nº 20/1950-0000774-0. Institui e regulamenta a Política de Extensão da Uergs. Porto Alegre, 2021.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL. **Resolução CONEPE 022/2024** - Institui a nova regulamentação da Curricularização das atividades de extensão nos cursos de graduação da Uergs. Porto Alegre, 2024.

Recebido em: 03/07/2025

Revisado em: 28/05/2026

Aprovado em: 08/09/2026